

DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NA ODONTOLOGIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO ENSINO E DA PESQUISA DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS BRASILEIRAS

SEXUAL AND GENDER DIVERSITY IN DENTISTRY: AN ANALYSIS BASED ON TEACHING AND RESEARCH IN UNDERGRADUATE PROGRAMS AT BRAZILIAN PUBLIC HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS

Igor Santos Araujo

Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Odontologia, SC, Brasil
igorsaraujos@gmail.com

Carolina Kroth

Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Odontologia, SC, Brasil
carolinakroth@hotmail.com

Marcelo Sebastião da Mata Rocha

Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Graduação em Enfermagem, SC, Brasil
marcelo.sebastiao.rocha@gmail.com

Mateus Andrade Rocha

Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Odontologia, SC, Brasil
mateus30@gmail.com

Helena Moraes Cortes

Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Enfermagem, SC, Brasil
helenamoraescortes@gmail.com

Andreia Morales Cascaes

Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Saúde Pública, SC, Brasil
andreiacascaes@gmail.com

RESUMO

Analisar, a partir dos pilares do ensino e da pesquisa, como estão sendo abordadas as temáticas de diversidade sexual e de gênero nos cursos de graduação em odontologia das Instituições de Ensino Superior públicas brasileiras. Trata-se de pesquisa documental, de abordagem quantitativa e descritiva, que analisou os pilares do ensino e da pesquisa, por meio de Projetos Políticos de Curso, ementário de disciplinas e Grupos de Pesquisa da área da odontologia cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil (CNPq). Quanto ao ensino, 45 cursos compuseram a amostra e destes, apenas 5 contemplam as temáticas de diversidade sexual ou de gênero em seus currículos, sendo contabilizadas 5 disciplinas no total abordando de forma pontual os conteúdos. Menos da metade dos cursos avaliados adequaram seus currículos com as novas diretrizes curriculares nacionais. Não existem grupos de pesquisa ativos cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq que abordem as temáticas de diversidade sexual e de gênero, originados em cursos de odontologia públicos. Tende a persistirem lacunas nos processos formativos dos futuros cirurgiões-dentistas sobre diversidade sexual e de gênero, evidenciando-se a necessidade de abordar as temáticas de maneira mais incisiva e inclusiva para qualificar a formação e a prática profissional.

Palavras-chave: Minorias Sexuais e de Gênero. Instituições de Ensino Superior. Grupos de Pesquisa. Currículo. Educação Superior.

ABSTRACT

Analyze, based on the pillars of teaching and research, how the themes of sexual and gender diversity are being addressed in undergraduate dentistry programs at Brazilian public Higher Education Institutions. This is a documentary research study with a quantitative and

descriptive approach, which examined the pillars of teaching and research through Course Political Projects, course syllabi, and Research Groups in the field of dentistry registered in the Directory of Research Groups in Brazil (CNPq). Regarding teaching, 45 programs comprised the sample, and of these, only 5 included themes related to sexual or gender diversity in their curricula, totaling 5 courses that address these topics in a limited manner. Less than half of the evaluated programs have adjusted their curricula to align with the new national curricular guidelines. There are no active research groups registered in the CNPq Directory of Research Groups that address sexual and gender diversity themes originating from public dentistry programs. Gaps in the training process of future dental surgeons regarding sexual and gender diversity tend to persist, highlighting the need to address these topics more assertively and inclusively to enhance education and professional practice.

Keywords: Sexual and Gender Minorities. Higher Education Institutions. Research Groups. Curriculum. Higher Education.

INTRODUÇÃO

A noção da diversidade das culturas humanas na contemporaneidade confere aos processos de convivência social uma atitude reflexiva acerca do que se interpreta a diversidade (Comaroff, 2018). A diversidade não pode ser reduzida a um catálogo fixo e imutável e, portanto, não deve ser concebida de maneira estática (Oliveira, 2021). Diante disso, a compreensão da diversidade sexual e de gênero exige um debate horizontal e participativo, a fim de contextualizar simbologias, experiências e representações que envolvem o Estado, os campos jurídicos e da saúde, bem como as instituições de ensino (Silva *et al.*, 2013; Monteiro *et al.*, 2019).

Em 2007, na 13ª Conferência Nacional de Saúde, a orientação sexual e a identidade de gênero foram incluídas na análise da determinação social da saúde (Brasil, 2008). Além disso, a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT), instituída pela Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011, é considerada um documento norteador e legitimador das necessidades e especificidades da população LGBTI+, sendo um marco para as políticas públicas de saúde no Brasil (Brasil, 2011). Tal política está embasada nos princípios assegurados na Constituição Federal de 1988 que além de garantir a cidadania e dignidade da pessoa humana, tem por objetivo a promoção do bem de todas as pessoas, com nenhum tipo de preconceito, seja por qualquer forma de discriminação (Brasil, 1988).

Há também de se considerar que a conduta dos profissionais de saúde, quando motivada por estereótipos, mitos sociais e tabus, torna-se um dos maiores obstáculos no acolhimento da população LGBTI+ (Da Silva *et al.*, 2020). Essa barreira pode também estar relacionada ao déficit na formação, educação e capacitação do profissional ao longo da sua vivência acadêmica que desconsidera relações de gênero e sexualidade, refletindo na prática profissional (Pontes, 2017). É nesse contexto que a universidade, pressionada por documentos e pelo movimento de resistência de grupos sociais tem sido chamada à responsabilidade da discussão da diversidade e da inclusão de minorias (Rebouças, 2022).

As diretrizes curriculares nacionais (DCN) do curso de graduação em odontologia (2021) tem como um de seus objetivos, a formação do profissional para atuar considerando as “dimensões da diversidade biológica, subjetiva, étnico-racial, de gênero, orientação sexual, socioeconômica, política, ambiental, e cultural, que singularizam cada pessoa ou cada grupo social” (Brasil, 2021, p.2).

Quanto a inserção de conteúdos nos currículos, as DCNs referem que devem ser inseridos conteúdos teóricos nas disciplinas das ciências humanas e sociais que contemplem as políticas de,

[...] educação e sustentabilidade ambiental, de educação em direitos humanos, de acessibilidade para as pessoas com mobilidade reduzida, e das que tratam da equidade e de gênero, de orientação sexual, de pessoas com deficiência e de educação das relações étnico-raciais (Brasil, 2021, p.8).

Destarte, este estudo objetivou verificar como estão sendo inseridas as temáticas de diversidade sexual e de gênero nos currículos dos cursos de graduação em odontologia públicos do Brasil a partir de Projetos Políticos de Curso (PPC) e ementários de disciplinas. Também se objetivou, quantificar os grupos de pesquisa em atividade, da área da odontologia que abordem diversidade sexual e de gênero registrados no Diretório de Grupos de Pesquisa - Plataforma Lattes - CNPq.

Nesta perspectiva, emergiu a seguinte questão norteadora: como estão sendo abordadas as temáticas de diversidade sexual e de gênero nos cursos de graduação em odontologia públicos do Brasil a partir de projetos políticos de curso, ementário de disciplinas e grupos de pesquisa em odontologia?

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa documental, de caráter quantitativo, do tipo descritiva de PPCs e ementas de disciplinas dos cursos de graduação em odontologia públicos do Brasil e também, de grupos de pesquisa da área da odontologia das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas brasileiras, registrados no diretório de grupos de pesquisa no Brasil.

Para a execução deste estudo não foi necessária apreciação no Comitê de Ética em Pesquisa, uma vez que se trata de uma análise de dados disponibilizados publicamente. É importante salientar que os pesquisadores conduziram o estudo com rigor ético, em conformidade com as boas práticas para a realização de pesquisas científicas.

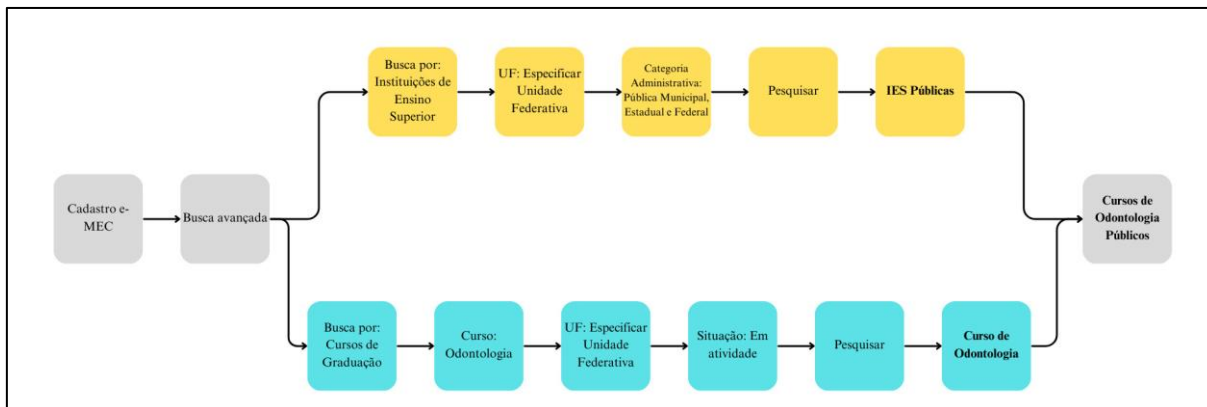
A metodologia desta pesquisa foi baseada no estudo de Morais e colaboradores (2023), que propôs por meio de uma análise curricular e de grupos de pesquisa, avaliar o ensino da temática da transgeneridade nos cursos de graduação em enfermagem brasileiros. Além disso, o estudo de Araujo e colaboradores (2023) também contribuiu para a construção metodológica deste trabalho, ao investigar, por meio de análise curricular, a oferta e ensino de odontologia legal nos cursos de graduação em odontologia no estado de Santa Catarina.

Para contemplar o contexto do presente estudo, foram necessárias algumas adaptações metodológicas de Morais *et al.* (2023) e de Araujo *et al.* (2023). Para esta pesquisa, foram considerados todos os cursos de odontologia públicos (federais, estaduais e municipais). Com relação à análise de grupos de pesquisa, este estudo restringiu a busca dos grupos de pesquisa, somente a área da odontologia cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil - CNPq.

Inicialmente, foi realizado levantamento de todos os cursos de odontologia públicos no Brasil por meio do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior - Cadastro e-MEC (Brasil, 2024). O fluxo metodológico para este levantamento está descrito na figura 1.

Com os dados relacionados aos cursos de odontologia públicos, foi realizada a busca pela documentação de interesse, como o PPC e ementário de disciplinas. Essa busca foi realizada por dois pesquisadores independentes e às cegas, I. S. A. e C. K., onde, via *site* institucional pesquisaram e coletaram as documentações de interesse, armazenando-as em duas pastas distintas no *software Google Drive*®. Esse período correspondeu aos meses de setembro e outubro de 2024, totalizando 45 cursos com a documentação de interesse.

Figura 1 – Metodologia de busca dos cursos de odontologia públicos em atividade no Brasil no Cadastro e-MEC



Fonte: Brasil, 2024. Elaborado pelos autores, 2024.

Após a primeira coleta, todos os cursos foram contatados via *e-mail*, semanalmente, durante o período de um mês com solicitação do PPC e ementários de disciplinas atualizados. Foi estipulado o prazo de retorno de até um mês após o último contato, correspondendo aos meses de novembro e dezembro de 2024. Durante este período, 68 cursos foram contatados e destes, 41 retornaram o contato com o material solicitado. 45 disponibilizaram os documentos em seus *sites*.

Os documentos enviados pelos cursos foram confrontados com os coletados nos *sites* institucionais, permanecendo o mais recente. 23 cursos que não disponibilizaram a documentação, seja por meio de seus *sites* ou por não retornarem o contato via *e-mail*, foram descartados da amostra desta pesquisa.

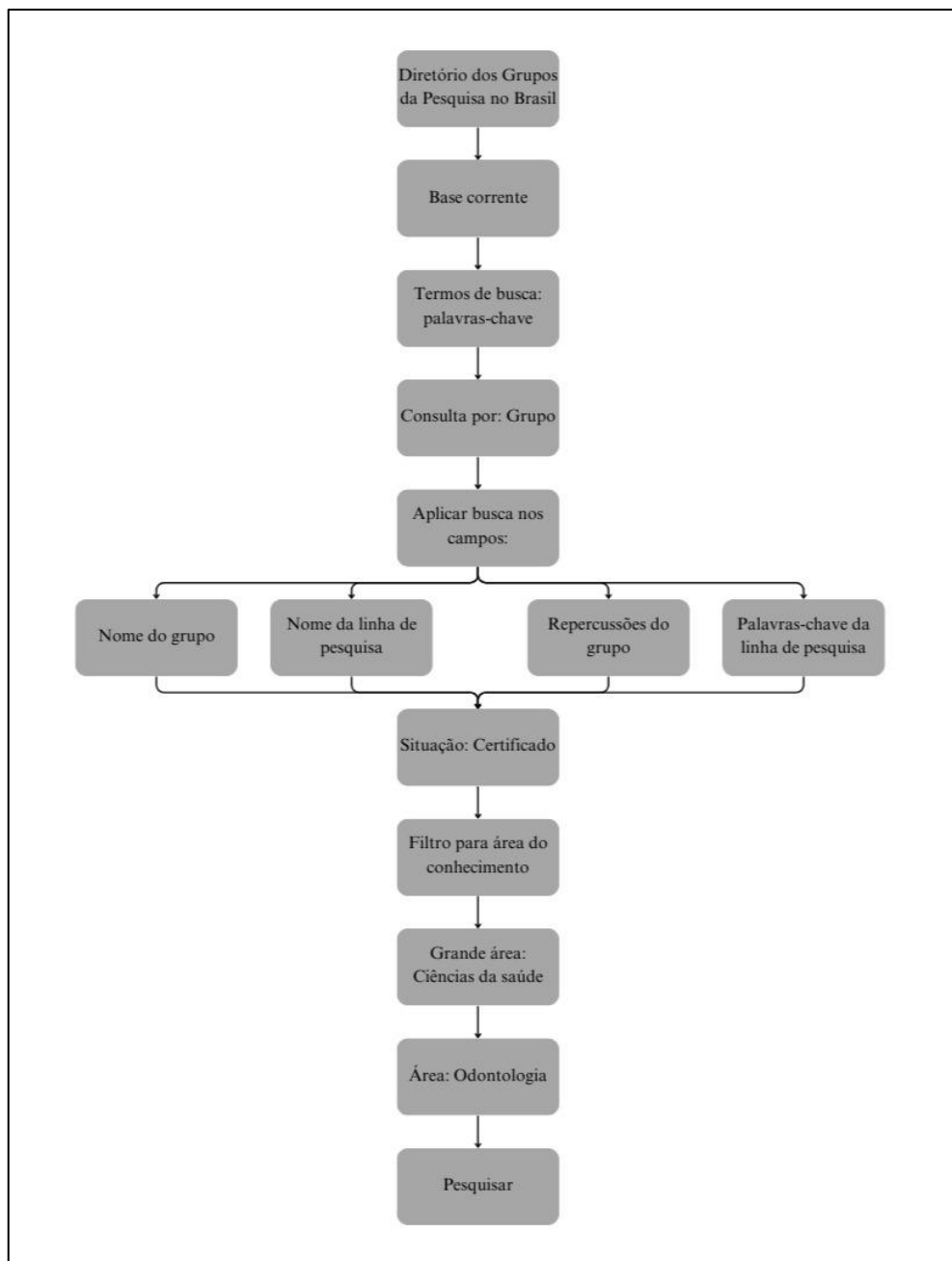
Com a finalidade de verificar se as políticas de diversidade sexual e de gênero estavam presentes nos currículos, foi investigada a presença da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Brasil, 2011), nas ementas e bibliografias de disciplinas.

Também foi investigada a presença de conteúdos em disciplinas nas temáticas referentes à diversidade sexual e de gênero. Os documentos foram lidos com auxílio de palavras-chave para busca das informações. As seguintes palavras-chave foram utilizadas: “sexo”, “sexual”, “sexualidade”, “orientação”, “gênero”, “identidade”, “trans”, “travesti” e “LGBT”.

Foi analisado se os PPCs estavam atualizados em conformidade com as DCNs de 2021. Essa verificação buscou identificar se as alterações necessárias foram implementadas para atender às novas exigências estabelecidas na resolução.

Com relação aos grupos de pesquisa, foi investigado por meio do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (CNPq, 2024), os grupos de pesquisa com certificado ativo, cuja sede do grupo seja uma IES pública e da área da odontologia, que abordem dentro de suas atividades, as temáticas de diversidade sexual e de gênero. Para isso foi realizada busca de acordo com a figura 2, com as seguintes palavras-chave: “Bissexual”, “Diversidade de Gênero”, “Diversidade Sexual”, “Homossexual”, “LGBT”, “Orientação Sexual”, “Transgênero”, “Transgeneridade” e “Transexual”. Essa busca ocorreu durante o mês de dezembro de 2024.

Figura 2 – Metodologia de busca dos grupos de pesquisa no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil



Fonte: CNPq, 2024. Elaborado pelos autores, 2024.

Os dados referentes aos PPCs, ementário de disciplinas e grupos de pesquisa foram armazenados e organizados em uma planilha *Google Sheets*®.

RESULTADOS

De acordo com dados disponibilizados pelo cadastro e-MEC (Brasil, 2024), até setembro de 2024, o Brasil contava com 68 cursos de odontologia públicos ativos (federal, estadual e municipal), estando concentrados majoritariamente nas macrorregiões Sudeste (25) e Nordeste (20), seguidos pelas

macrorregiões Sul (13), Centro-Oeste (7) e Norte (3). A distribuição dos cursos por estado está descrita na figura 3.

Figura 3 – Distribuição dos cursos de odontologia públicos por estado

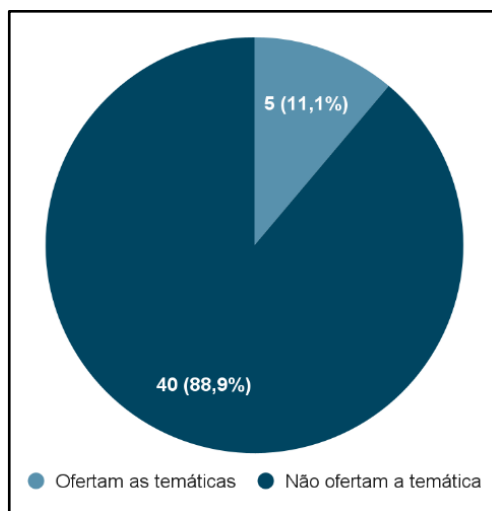


Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Com relação à documentação, dos 68 cursos em atividade, 45 disponibilizaram o PPC completo, sendo esta a amostra da análise do pilar do ensino. Os 45 PPCs foram obtidos via *site* institucional dos cursos. Com relação aos contatos via *e-mail*, 41 cursos retornaram o contato com a documentação mais recente e todas encontravam-se em duplicidade com a documentação obtida previamente, a partir dos *sites* institucionais.

Na análise dos PPCs e ementários, 5 cursos (Figura 4) oferecem disciplinas que fazem abordagem dos tópicos de diversidade sexual ou de gênero dentro de suas ementas. As informações referentes aos cursos e as disciplinas estão descritas no quadro 1.

Figura 4 – Distribuição dos cursos de odontologia públicos do Brasil quanto à oferta da temática de diversidade sexual ou de gênero



Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Nenhum curso apresentou a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Brasil, 2011) como conteúdo ou bibliografia de suas disciplinas, conforme instituído pelas DCNs (Brasil, 2021). Destes, 19 cursos (42,2%) tiveram suas estruturas curriculares atualizadas a partir das DCNs de 2021.

Quadro 1 – Cursos de odontologia públicos do Brasil que abordam as temáticas de diversidade sexual ou de gênero na ementa

IES	Disciplina	Obrigatoriedade	Carga Horária	Oferta diversidade de gênero	Oferta diversidade sexual
FURB	Diversidade e sociedade	Sim	36h	Sim	Não
UFMS	Odontologia em saúde coletiva I: saúde e cidadania	Sim	60h	Não	Sim
UENP	Ciências humanas e sociais	Sim	30h	Não	Sim
UFMS	Princípios de sociologia	Sim	34h	Não	Sim
UFF - Nova Friburgo	Relações étnico-raciais e estudos culturais	Não	60h	Não	Sim

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Não foram encontradas disciplinas que tenham como temática principal os tópicos de diversidade sexual ou de gênero. As temáticas, de acordo com as ementas, são abordadas de forma pontual dentro de disciplinas mais gerais no campo das ciências humanas e sociais.

Com relação a análise do pilar da pesquisa, de acordo com dados do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (CNPq, 2024), até dezembro de 2024 não existiam grupos de pesquisa com origem na odontologia que abordem as temáticas de diversidade sexual e/ou de gênero com certificado ativo e sediados em IES públicas.

DISCUSSÃO

O presente estudo investigou lacunas na abordagem das temáticas de diversidade sexual e de gênero no ensino em cursos de odontologia públicos brasileiros. Também, descreveu a inexistência de grupos de pesquisas ativos oriundos da área da odontologia de IES públicas brasileiras, cujas temáticas de diversidade sexual e de gênero fossem abordadas.

Os cursos de odontologia públicos brasileiros, concentram-se principalmente nas macrorregiões Sudeste, Nordeste e Sul. Estes achados seguem os dados nacionais gerais, onde, segundo o Censo da Educação Superior de 2022, o Brasil concentra suas IES públicas nestas 3 macrorregiões (Brasil, 2022).

Com a Resolução nº 3 de 2021 do Ministério da Educação, ficaram instituídas as novas diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em odontologia (Brasil, 2021). Esta resolução previu um prazo de até dois anos para que os cursos em atividade realizassem as reformas curriculares, conforme disposto nas novas DCNs (Brasil, 2021). A atualização das DCNs do curso de graduação em odontologia amplia a formação do profissional de modo a considerar a diversidade humana e suas especificidades (Morigaki *et al.*, 2024). Entretanto, de acordo com os cursos pesquisados neste estudo, mais da metade (57,78%) ainda não haviam adequado suas matrizes curriculares, podendo implicar em descompassos com a realidade social e o que determinam as DCNs.

As DCNs (2021) orientam que na área de ciências humanas e sociais sejam abordados conteúdos que tenham como referência,

[...] as políticas de educação e sustentabilidade ambiental, de educação em direitos humanos, de acessibilidade para as pessoas com mobilidade reduzida, e das que tratam da equidade e de gênero, de orientação sexual, de pessoas com deficiência e de educação das relações étnico-raciais (Brasil, 2021, p.8).

Os resultados mostraram que nenhuma disciplina contempla a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais em suas ementas e bibliografias.

A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, constitui uma importante política que objetiva a promoção de saúde integral da população LGBTI+, bem como a eliminação da discriminação e preconceito, com vistas à redução de desigualdades (Brasil, 2011). Entretanto, a literatura tem apresentado um importante desconhecimento dos profissionais da saúde a respeito da política (Nogueira; Aragão, 2019; Guimarães *et al.*, 2020), o que pode estar gerando implicações em sua implementação nos serviços de saúde. Uma das principais barreiras relativas a essa implementação pode estar associada a ausência da temática nos currículos dos cursos de graduação em saúde (Da Silva *et al.*, 2020).

Com relação a oferta de conteúdos em disciplinas na temática de diversidade sexual e de gênero, aproximadamente 90% dos cursos não previam a oferta das temáticas em nenhuma das disciplinas. É importante frisar que a temática de diversidade de gênero não é mencionada nas DCNs (Brasil, 2021).

E neste contexto, quando já na prática profissional, o que se observa é um importante desconhecimento do cirurgião-dentista a respeito da população LGBTI+. Um estudo, realizado no Rio Grande do Norte, de abordagem quantitativa, avaliou o grau de conhecimento de 24 cirurgiões-dentistas inseridos na Atenção Primária acerca da população LGBTI+. Os resultados evidenciaram que nenhum profissional afirmou ter cursado quaisquer disciplinas que abordassem a saúde LGBTI+. Além disso, mais da metade afirmou nunca ter participado de eventos sobre a temática (Caetano *et al.*, 2023).

Observa-se no presente estudo que apenas uma disciplina tem a temática citada na ementa. Essa não oferta do conteúdo, possivelmente implicará na manutenção de lacunas nos aspectos formativos, bem como na invisibilização de pessoas trans e de gênero dissidentes. Este achado é importante, pois dentre as principais barreiras de acesso aos serviços de saúde citadas por pessoas trans, a falta de capacitação profissional configura-se como uma das mais importantes (Monteiro & Brigeiro, 2019; Cortes *et al.*, 2020).

Estes achados não se encontram em consonância com o observado em outras graduações na área da saúde. Estudos sobre cursos de Medicina e Saúde Coletiva sobre ambas temáticas e da Enfermagem com foco em minorias de gênero indicam que mais da metade dos PPCs dessas áreas abordam as temáticas de forma estruturada (Silva; Paulino; Raimondi, 2020; Raimondi *et al.*, 2020; Morais *et al.*, 2023). Essa diferença sugere que, enquanto outras áreas vêm incorporando progressivamente essas temáticas em seus currículos, nos cursos de Odontologia públicos brasileiros a abordagem ainda se mostra limitada e fragmentada, evidenciando lacunas na formação dos futuros profissionais em relação à diversidade sexual e de gênero.

A saúde bucal se coloca como um importante indicador dos índices de qualidade de vida. A falta de preparo dentro dos processos formativos dos futuros cirurgiões-dentistas para compreender as especificidades da população LGBTI+, em especial da população trans, resulta em altos índices de abandono do tratamento por parte desta população (Soares, 2023). Dentro do ambiente universitário coexistem, para além das ementas e currículos, importantes espaços de discussões e debates sobre temas que emergem na sociedade, dentre eles, diversidade sexual e de gênero e suas barreiras de acesso.

No contexto do espaço acadêmico, os grupos de pesquisa são importantes instrumentos para o processo formativo, incentivando a produção científica e promovendo ações de extensão que aproximam a universidade da sociedade (Morais *et al.*, 2023). Quando há o envolvimento dos acadêmicos, esses grupos se tornam meios relevantes para o avanço do conhecimento, facilitando a conexão entre teoria e prática e fortalecendo a produção científica de forma colaborativa (Azevedo *et al.*, 2018). Entretanto, o que foi observado neste estudo é que não existem grupos de pesquisa nas temáticas de diversidade sexual e de gênero com origem nos cursos de odontologia públicos brasileiros, resultado este que pode implicar em mais lacunas na formação do profissional e construção de novos conhecimentos.

Pessoas LGBTI+ se afastam dos serviços de saúde por alguns motivos, como falta de cuidado integral, invisibilização e abordagens discriminatórias. Discursos e atos velados repercutem agravos em saúde e redireciona a busca pela assistência nos serviços de emergência, tornando a assistência prestada desigual e iníqua (Oliveira *et al.*, 2024).

Com todo esse panorama de invisibilidade, se faz necessário citar que, segundo o Dossiê de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil (Observatório de Mortes Violentas LGBTI+, 2024), em 2023, 230 pessoas LGBTI+ foram mortas no país. Travestis e mulheres trans (61,74%) configuraram entre as maiores vítimas da violência, seguidas de homens gays (25,65%). Em adição, o Dossiê de Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2024 publicado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA (Benevides, 2025), contabilizou 122 assassinatos de pessoas trans e travestis no Brasil. Dados estes que mantêm o Brasil pelo 16º ano consecutivo como o país mais letal para pessoas trans no mundo (Benevides, 2025).

Ao apresentar a abordagem das temáticas de diversidade sexual e de gênero nos cursos de odontologia públicos brasileiros, pelo recorte do ensino e da pesquisa, este estudo permitiu observar a necessidade de uma maior inserção de ambas temáticas nos cursos de odontologia, com a finalidade de uma melhoria na qualificação do profissional que irá realizar a atenção desta população nos serviços de saúde bucal, buscando a garantia do direito de acesso à saúde a todas as pessoas, conforme a Constituição Federal brasileira determina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados encontrados neste estudo, podemos observar que a temática de diversidade sexual e de gênero nos cursos de odontologia públicos brasileiros é abordada de forma muito limitada,

restrita a algumas pontuações em poucas disciplinas. Quando olhamos para o pilar da pesquisa, a realidade é ainda mais dramática, não havendo grupos de pesquisa provenientes da odontologia das IES públicas nas temáticas em atividade segundo o Diretório de Grupos de Pesquisa - Plataforma Lattes - CNPq.

Dentre as minorias sexuais e de gênero, ainda é observado que as minorias de gênero seguem sendo as mais invisibilizadas, onde apenas uma única disciplina deste estudo trabalha conceitos de diversidade de gênero. É importante frisar que dentre as principais barreiras citadas pela população trans, a falta de capacitação dos profissionais configura uma das mais evidenciadas.

Nesse sentido, recomenda-se que as IES incorporem efetivamente a temática aos currículos, em consonância com o que preveem as DCN da Odontologia (2021), e que considerem, ainda, a criação de componentes curriculares específicos voltados à saúde da população LGBTI+. Além disso, políticas institucionais que incentivem a formação continuada de docentes e profissionais tornam-se fundamentais para uma capacitação mais adequada, especialmente no acolhimento de pessoas LGBTI+, cuja invisibilidade ainda é marcante.

Também se faz necessário fomentar linhas de pesquisa que abordem a interface entre saúde bucal e diversidade sexual e de gênero, fortalecendo a produção de conhecimento e aproximando os estudantes das demandas sociais contemporâneas. Tais medidas podem contribuir para reduzir barreiras de acesso enfrentadas pela população LGBTI+.

É importante salientar que nenhuma análise é definitiva visto as limitações que um estudo deste pode impor. Uma limitação observada refere-se à exclusão de 23 cursos da análise do ensino por não fornecerem a documentação necessária para a avaliação. Esta pesquisa foi realizada exclusivamente com cursos de odontologia públicos, o que não permite a generalização dos dados encontrados a todos os cursos de odontologia brasileiros.

Por fim, reforça-se a necessidade de efetivar mudanças curriculares, institucionais e científicas que garantam a inserção das temáticas de diversidade sexual e de gênero como eixo estruturante na formação em Odontologia. Essas ações podem contribuir para uma prática profissional mais inclusiva, para a redução das desigualdades enfrentadas pela população LGBTI+ e para a consolidação de uma odontologia socialmente responsável, ética e comprometida com a inclusão.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, I. S. et al. Ensino da odontologia Legal nos cursos de graduação em odontologia do estado de Santa Catarina e suas implicações. **Revista Brasileira de Odontologia Legal**, v. 10, n. 1, 2023. <https://doi.org/10.21117/rbol-v10n12023-483>

AZEVEDO, I. C. de et al. Importância do grupo de pesquisa na formação do estudante de enfermagem. **Revista de Enfermagem da UFSM**, p. 390-398, 2018. <https://doi.org/10.5902/2179769226003>

BENEVIDES, B. G. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024. Brasília, DF: Distrito Drag; **ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais**, 2025. 144 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Relatório Final da 13ª Conferência Nacional de Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – PNSI-LGBT. **Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 3, de 21 de junho de 2021. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em odontologia

e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 jun. 2021, Seção 1, p. 77. Disponível em: <https://www.in.gov.br>. Acesso em: 3 mar. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Censo da Educação Superior 2022: resumo técnico. Brasília, DF: INEP, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 3 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior - Cadastro e-mec. **Cadastro e-MEC**. 2024. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova>.

CAETANO, C. R. D. L. et al. População LGBT nos serviços odontológicos: nível de informação e capacitação dos cirurgiões-dentistas da atenção básica do município de Natal/RN. **Revista Ciência Plural**, v. 10, n. 3, p. 1–16, 23 dez. 2024. <https://doi.org/10.21680/2446-7286.2024v10n3ID34693>

COMAROFF, J. 'Does Anthropology Matter to Law?': Reflections, Inflections, Deflections. **Journal of Legal Anthropology**, v. 2, n. 2, p. 72-78, 2018. <https://doi.org/10.3167/jla.2018.020206>

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil**, 2024. Disponível em: http://dgp.cnpq.br/dgp/faces/consulta/consulta_parametrizada.jsf. Acesso em: 4 mar. 2025.

CORTES, H. M. et al. O (des) acesso de pessoas transgêneras aos serviços de saúde no recôncavo baiano. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 6, n. 4, p. 159-180, 2020. <https://doi.org/10.9771/cgd.v6i4.36104>

DA SILVA, A. C. A. et al. Implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI LGBT) no Paraná, Brasil. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 24, p. e190568, 2020. <https://doi.org/10.1590/interface.190568>

GUIMARÃES, N. P. et al. Avaliação da implementação da Política Nacional de Saúde Integral à população LGBT em um município da região Sudeste do Brasil. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 14, n. 2, 2020. <https://doi.org/10.29397/reciis.v14i2.1712>

MONTEIRO, S.; BRIGEIRO, M.; BARBOSA, R. M. Saúde e direitos da população trans. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 4, p. e00047119, 2019. <https://doi.org/10.1590/0102-311x00047119>

MONTEIRO, S.; BRIGEIRO, M. Experiências de acesso de mulheres trans/travestis aos serviços de saúde: avanços, limites e tensões. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 4, p. e00111318, 2019. <https://doi.org/10.1590/0102-311x00111318>

MORAIS, A. V. C. et al. "Onde estão as pessoas trans?": Temática da transgeneridade na graduação em enfermagem. **Hygeia: Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, v. 19, 2023. <https://doi.org/10.14393/Hygeia1967954>

MORIGAKI, L. H. et al. Análise comparativa das diretrizes curriculares nacionais dos cursos de odontologia em 2002 e 2021. **Journal of Human Growth and Development**, v. 34, n. 1, p. 43, 2024. <https://doi.org/10.36311/jhgd.v34.15830>

NOGUEIRA, F. J. S.; ARAGÃO, T. A. P. Política Nacional de Saúde Integral LGBT: o que ocorre na prática sob o prisma de usuários (as) e profissionais de saúde. **Saúde e pesquisa**, v. 12, n. 3, p. 463-470, 2019. <https://doi.org/10.17765/2176-9206.2019v12n3p463-470>

OBSERVATÓRIO DE MORTES VIOLENTAS LGBTI+. Dossiê de mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil – 2023. 2024. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2024/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2023-ACONTECE-ANTRA-ABGLT.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2025

OLIVEIRA, B. A. S. et al. O (des) cuidado em saúde às pessoas LGBTQIAP+ dispensado por profissionais em unidades básicas de saúde. **Revista Enfermagem UERJ**, p. e79505-e79505, 2024. <https://doi.org/10.12957/reuerj.2024.79505>

OLIVEIRA, K. H. de. Intensos encontros: Michel Foucault, Judith Butler, Paul B. Preciado e a teoria queer. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, p. e67637, 2021. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n167637>

PONTES, D. Páginas contingentes: gênero e sexualidade no livro didático Sociologia Hoje. **Perspectivas Sociológicas: A revista de Professores de Sociologia**, n. 19, p. 23-43, 2017. <https://doi.org/10.33025/rps.v0i19.1173>

RAIMONDI, G. A. et al. Gênero e sexualidade nas escolas médicas federais do Brasil: uma análise de projetos pedagógicos curriculares. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 44, p. e045, 2020.

REBOUÇAS, W. A. S.; DA COSTA MARINHO, I.; DA SILVA, Y. R. C. Comunidade LGBTQIA+ e as condições de acesso e permanência no ensino superior. **D'GENERUS: Revista de Estudos Feministas e de Gênero**, v. 1, n. 1, p. 582-602, 2022. <https://doi.org/10.15210/dg-revista.v1i1.2072>

SILVA, A. K. L. Diversidade sexual e de gênero: a construção do sujeito social. **Revista NUFEN**, v. 5, n. 1, p. 12-25, jan./jul. 2013.

SILVA, J. M. N.; PAULINO, D. B.; RAIMONDI, G. A. Gênero e sexualidade na graduação em Saúde Coletiva do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 2335-2346, 2020.

SOARES, M. de O.; GIRIANELLI, V. R. Assistência à saúde bucal na população LGBTQIA+. **Saúde em Debate**, v. 47, n. spe1, p. e8970, 2023. <https://doi.org/10.1590/2358-28982023e18970i>